



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete da Presidência
Departamento de Gestão de Precatórios

Estado do Paraná

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Eu, _____

_____ (nome), portador(a) do documento de identificação nº : _____, Órgão Expedidor: _____, e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, residente na:

_____,
Cidade: _____, Estado: _____, CEP: _____ - _____ Telefone: (____) _____, E-mail: _____, venho, **diretamente e/ou**

por intermédio do(a) meu(minha) advogado(a), requerer a Vossa Excelência o **PAGAMENTO SUPERPREFERENCIAL** do **PRECATÓRIO** n.º _____ / _____, (PROJUDI _____) requisitado em face do: () Estado do Paraná, () Município de _____, () Outro _____ do qual sou **credor(a) originário(a)**, ou **sucessor(a)/herdeiro(a)**, conforme autoriza o disposto no § 2º do art. 100 da Constituição Federal¹, **POR ME ENQUADRAR NA CONDIÇÃO DE:**

() **SEXAGENÁRIO** – Data de nascimento: ____ / ____ / ____

() **PORTADOR DE DOENÇA GRAVE** – Lei nº 7713/88² - CID.10 N.º: _____

() **PESSOA COM DEFICIÊNCIA** – Lei nº 13.146/2015.

1 - Para fins de análise e comprovação da condição de credor(a) superpreferencial, **INSTRUO** o presente pedido com os **DOCUMENTOS e INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIOS** a seguir indicados, em atendimento ao que dispõe o Decreto Judiciário nº 520/2020 e a Portaria n.º 16425/2022:

a. () **Cópia de Documento Oficial de Identidade com foto do credor (RG, documento oficial de classe, carteira de habilitação, etc.);**

b. () **Número do CPF do credor: _____;**

c.1 () **Laudo/Atestado/Exame médico original ou cópia autenticada, comprobatório da doença grave da qual sou/estou acometido(a), com indicação do CID.10 (somente no caso de pedido por doença grave – art. 11, II, da Resolução n.º 303/2019-CNJ);**

¹ § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham **60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência**, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, **até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo**, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

² Lei 7713/88 - Art. 6º, inciso XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete da Presidência
Departamento de Gestão de Precatórios

Estado do Paraná

c.2 () **Laudo/Atestado/Exame médico original ou cópia autenticada**, comprovatório da deficiência da qual sou/estou acometido(a), ou documento oficial em que foi reconhecida tal condição;

d. () **dados bancários do credor** (banco, agência, conta e tipo de conta):

Banco: _____ Agência nº: _____ Dígito: _____ Operação: _____
Conta: () Corrente () Poupança – nº: _____ Dígito: _____
Favorecido: _____

d.1. As informações constantes da letra “d” podem ser substituídas pelos dados bancários do advogado ou sociedade de advogados, caso tenha poderes para receber e dar quitação.

d.2. Na hipótese de indicação de conta bancária de titularidade do advogado/sociedade de advogado, deverá ser juntado

I. - (...) **Prova de vida do(a) credor(a)** (ex: comprovante de situação cadastral ATIVA no CPF, emitido há no máximo 10 (dez) dias, OU

II - () **Procuração atualizada** em nome do(a) advogado (a), subscritor(a) do presente pedido, com data de outorga não superior a 60 (sessenta) dias, com firma reconhecida e com os poderes especiais para receber e dar quitação (somente no caso de o credor estar, neste ato, representado por advogado);

e. () **Certidão expedida pela varade origem/Departamento Judiciário**, atestando a existência ou a inexistência de cessões de crédito e outras constringências sobre o meu crédito nos autos judiciais que deram origem ao referido precatório;

f. (..) **Cópia autenticada de documento comprovatório da condição de herdeiro/sucessor (formal de partilha, carta de adjudicação, inventário, etc.)**, com expressa indicação do respectivo quinhão relativo ao precatório, e cópia da decisão judicial que determinou a habilitação como credor nos autos de execução/cumprimento de sentença.

2 - Por fim, DECLARO , sob pena de responsabilização civil, administrativa e criminal, que NÃO CEDI a integralidade do meu crédito no referido precatório , bem como que sobre o valor de minha titularidade inexistente qualquer ônus (penhora, indisponibilidade etc.) que impeça o seu pagamento. → _____ (Assinatura)

Nestes termos,

Pede-se deferimento.

Curitiba, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) credor(a)³

Assinatura do(a) advogado(a)⁴

³Este formulário, instruído com a documentação necessária selecionada acima conforme o caso, deverá ser entregue no protocolo administrativo do TJPR (Rua Mauá, nº 920 - Sobreloja - Curitiba - PR - CEP 80.030-901), ou enviado via protocolo eletrônico junto ao site do TJPR, no endereço eletrônico: <https://www.tjpr.jus.br/protocoloprecatorios>

⁴ Se o pedido for encaminhado via **ADVOGADO** e o precatório já tramitar via **PROJUDI**, o pedido deve ser realizado diretamente no processo eletrônico.